



ID: 50889959

20-11-2013

FINANÇAS LOCAIS

Autarcas exigem receber IVA para contornar os cortes do Governo

Nova Lei das Finanças Locais vai gerar mais assimetrias e reduzir a autonomia das câmaras

BRUNO SIMÕES

brunosimoes@negocios.pt

Vários autarcas apontaram esta terça-feira baterias à nova Lei das Finanças Locais. Seja porque os sucessivos cortes não permitem ter estabilidade no planeamento, ou porque o corte de verbas vai asfixiar as câmaras e reduzir a sua autonomia, o painel de quatro autarcas que interveio na conferência "A Nova Lei das Finanças Locais" não foi simpático com o diploma elaborado pelo Governo. Minutos mais tarde, António Costa exigiu que parte da receita do IVA reverta para as câmaras.

"Essa lei vai causar problemas graves de funcionamento dos municípios e vai colocar um conjunto de municípios em sérias dificuldades económicas e financeiras". É assim que Carlos Pinto de Sá, recém-eleito presidente da câmara de Évora pela CDU, descreve a nova Lei das Finanças Locais (LFL), que, entre outras mudanças, extingue o IMT e reduz a participação das autarquias nos impostos do Estado. Para o autarca, "estamos a ficar abaixo do limiar" de autonomia política.

Adelaide Teixeira, que venceu a câmara de Portalegre por um movimento independente, considera que a nova lei vai fazer com que haja "mais assimetrias no País", e alerta: com os novos limites de endividamento, a sua câmara vai passar de uma situação de saneamento financeiro para uma de ruptura financeira, o que implica que vai ter de pedir um resgate ao Fundo de Apoio Municipal. Ricardo Rio, o novo presidente da câmara de Braga (PSD), admite que não faz sentido mudar as regras a meio do jogo.

José Luís Carneiro, autarca de Baião, critica a obrigação de aplicar uma parte das receitas de IMI no novo Fundo de Apoio Municipal. "Aplicar o mesmo princípio a cumpridores e incumpridores é premiar o incumprimento", diz.

No que toca a alternativas que permitam contornar os cortes previstos pela nova LFL, que vai extin-



António Costa lançou diversas críticas à LFL e descreveu-a como "oportunidade perdida".

Esta lei ignora que a realidade da crise alterou radicalmente o modelo de financiamento dos municípios.

ANTÓNIO COSTA

Presidente da câmara de Lisboa

guir o IMT, houve uma proposta que mereceu concordância de autarcas do PS e do PSD: a participação na receita do IVA. Ricardo Rio defendeu que seria "extremamente positivo que as autarquias tivessem uma participação mais directa no IVA". António Costa também o fez, na intervenção solitária que encerrou a primeira parte da conferência.

O presidente da câmara de Lisboa reclamou uma "participação dos municípios na receita do IVA", porque entende que isso seria "uma forma inteligente de motivar os municípios a centrarem-se cada vez mais na promoção da actividade económica local".

À margem da conferência, organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela TSF, António Costa defendeu que se 2% do IVA revertesse para os municípios, isso já seria suficiente para contornar, entre outros, a extinção do IMT. O secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, não fechou a porta a essa pretensão. A ideia "será considerada pelo Governo e pela ANMP como um contributo", disse.